

**A contribuição de Adam Przeworski para a historiografia marxista:
classe social, compromisso de classes e hegemonia**

Henrique Cignachi¹

O objetivo deste trabalho é apresentar e problematizar as contribuições de Adam Przeworski para pensar o conceito de classe social (a “organização do proletariado em classe”), a tese do compromisso de classes como a forma de realização da hegemonia burguesa, tendo em vista o seu estudo da social-democracia europeia no século XX. Neste sentido, consideramos a obra deste autor importante para atualizar os debates metodológicos e conceituais da tradição marxista. Sua obra está identificada com a corrente dos "marxistas analíticos", cujo suporte metodológico consiste no afastamento com a dialética e aproximação teórica com a chamado individualismo metodológico a partir da teoria da escolha racional (*rational choice*) e da teoria dos jogos. Neste sentido, sua obra no Brasil recebeu uma recepção maior no campo da Ciência Política (Keck, 1991; Reis, 2009), apesar de ser uma referência recorrente nas obras que analisam as transformações de partidos políticos com origem na classe trabalhadora e como matriz política revolucionária, mas que se tornaram progressivamente partidos amplos e reformistas (Demier, 2004; Iasi, 2002, 2006; Coelho, 2005; Deo, 2011).

A maioria dos debates marxistas em relação a outras tendências de teorias críticas apontam para a crítica às influências da teoria habermasiana ou da teoria pós-moderna nos teóricos do campo de esquerda, e não constatamos debates substanciais com o chamado marxismo analítico. Consideramos que o debate crítico com este aporte é de essencial importância para a compreensão permanentemente renovada do corpo teórico marxista, tendo por base a tradição marxista compromissada com a principal contribuição de Marx à sociologia e ao movimento político dos trabalhadores: a compreensão de que a análise das sociedades deve ser feita através do estudo das formas e relações que as sociedades operam para sua produção e reprodução social, bem como as contradições que advém destas formas de produção e as formas como se resolvem na luta entre as classes

¹ Historiador (UFMS); doutorando em Sociologia Política (UFSC). Este trabalho deriva da reflexão teórica que serve de subsídio à tese “O consentimento no Brasil de Lula-Dilma e os limites da ‘hegemonia às avessas’”, orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Müller.

antagônicas.

Neste sentido, será abordada a contribuição do autor presente na sua obra mais conhecida, *Capitalismo e social-democracia*, principalmente no que tange ao debate sobre o conceito de classe social, compromisso de classes e hegemonia, pensadas tendo por objeto de pesquisa a formação do proletariado em classe e do estudo da social-democracia enquanto fenômeno histórico das lutas de classes. Em um segundo momento, apresentar breves apontamentos para uma crítica a Adam Przeworski, sobre sua concepção de classe social, do emprego do conceito de hegemonia e da sua concepção político-estratégica ao movimento de luta dos trabalhadores. Obviamente, pelo espaço destinado a esta apresentação, o debate sobre o individualismo metodológico ficara ausente.²

1. Capitalismo e Social-Democracia: a organização do proletariado em classe.

Uma das principais obras de Adam Przeworski é a coletânea de escritos publicados sob o título de “Capitalismo e Social-Democracia”, resultado de suas primeiras pesquisas no âmbito do debate marxista da formação de classe. O ímpeto de reflexão da social-democracia advém de sua reflexão pessoal nos idos da década de 1970, sob a influência da experiência socialista chilena e suas inflexões. Como destaca em entrevista (2003, p.8):

Eu era um marxista, e eu estava tentando compreender a social-democracia. Minha questão era, porque não havia ocorrido revolução no Ocidente? A experiência de Allende levantou a questão: é uma estratégia viável aos socialistas participar em eleições e realizar reformas que tenha apoio da maioria eleitoral? Esta questão me fez voltar à Europa, para ver o que havia acontecido historicamente com o projeto de atingir reformas socialistas na Europa.³

² Indicamos aqui a apreciação do debate realizado na *New Left Review* entre Wood (1989) e Carling (1989) e a à reflexão proposta por Przeworski (1988). Consideramos as críticas propostas por Wood substanciam uma negação do individualismo metodológico em Przeworski e outros “analíticos”. Contudo, concordamos com a proposta de Wood de que a obra histórica de Przeworski e sua interpretação do processo de formação de classe não possuiu concordância com a proposta de individualismo metodológico proposto por Przeworski, inclusive negando esta leitura.

³ Tradução própria do inglês.

O cerne de sua questão teórica parte da dualidade das interpretações marxista ao fenômeno social-democrata nas primeiras décadas do século 20: primeiramente o determinismo econômico, que compreendia que a classe seria determinada a rebelar-se contra a propriedade privada (Kautsky e Plekhanov); a outra, o voluntarismo, que explicaria a não realização da revolução no Ocidente por conta da falta de uma direção ou por conta da “traição” das lideranças (Lenin, Trotski). Para Przeworski os movimentos socialistas que se desenvolveram no seio do capitalismo defrontaram-se com algumas escolhas e algumas delas tornaram-se mais frequentes e majoritárias que outras durante o século XX, o que não pode ser explicado por traição, já que a “classe” acompanhou esses movimentos (1989, p. 16):

Três foram as escolhas: (1) buscar o avanço do socialismo no interior das instituições existentes na sociedade capitalista ou fora delas; (2) procurar o agente da transformação socialista exclusivamente na classe trabalhadora ou depender do apoio de diversas classes, ou mesmo nenhuma; e (3) objetivar reformas, progressos parciais, ou dedicar todos esforços e energias à completa abolição do capitalismo.

Decorrente destas escolhas, compreendendo que o proletariado organizou-se majoritariamente no Ocidente em sindicatos e partidos “eleitorais”, o seu estudo dedicou-se ao exame de duas teses principais:

(1) no processo de competição eleitoral, os partidos socialistas são forçados a solapar a organização dos trabalhadores como classe, e (2) compromissos entre trabalhadores e capitalistas acerca de questões econômicas são possíveis sob o capitalismo e, por vezes, preferidos pelos trabalhadores a estratégias mais radicais. Essas duas hipóteses explicam por que, em muitos países democráticos, os trabalhadores foram e continuam a ser organizados por partidos eleitorais orientados para diversas classes e economicamente reformistas – partidos “social-democratas”, quer adotem ou não essa denominação. Tais hipóteses implicam, ao mesmo tempo, que as reformas não são irreversíveis e cumulativas, proporcionando, portanto, a base para uma crítica da social-democracia.

Assim, sua contribuição análise da organização dos trabalhadores em classe opera enquanto um processo que não opera apenas do econômico, mas também do ideológico e político: o proletariado organizado em sindicatos, centrais e, finalmente, em partido político, é o que resulta sua formação em classe social, ou seja, enquanto agrupamento coletivo, organizado e portador de estratégias e programas de intervenção na sociedade. Isso não exclui o fato de que o proletariado seja moldado pelas relações sociais de

produção, mas que a classe deva ser compreendida enquanto sua manifestação ativa frente ao capitalismo, enquanto portadores de interesses que se expressam em projetos, estratégias, frente a uma estrutura em transformação. Estas condições gerais, expressas nas lutas, constituem a “estrutura de escolha”. Assim (1989, p.15):

O operariado não se compõe de eternos simplórios ou de vítimas passivas: os trabalhadores, de fato, organizaram-se em sindicatos e, na maioria dos países, em partidos políticos; tais organizações têm apresentado projetos políticos próprios; escolhem estratégias e as seguiram, conseguindo vitórias ou derrotas. Ainda que ela própria moldada pelas relações capitalistas, a classe trabalhadora tem-se constituído em uma força ativa na transformação do capitalismo.

Para Przeworski (1989, p. 86-87), o termo “classe”, no que chama de marxismo clássico, deriva da compreensão de que um grupo de indivíduos são ocupantes de lugares, e de como os ocupantes destes lugares tornam-se “uma coletividade em luta para a realização de seus interesses [determinados]”. Para Przeworski, o problema desta leitura é que os lugares ocupados (por exemplo, na objetividade das relações de produção), não são automaticamente transformadas em posições de classe, em uma coletividade em luta, e de forma revolucionária. A exemplo disto, é o problema dos trabalhadores não-manuais na sociologia e historiografia marxistas, enquadrados ora como proletariado ora como pequena-burguesia. Para ele, “as classes não são determinadas unicamente por quaisquer posições objetivas porque constituem efeitos de lutas, e essas lutas não são determinadas exclusivamente pelas relações de produção”. Ou seja, as classes ocorrem como efeitos de uma luta que ocorre em determinada fase do desenvolvimento capitalista, e a forma como essa luta se desenvolve, e as suas formas de organização e ideologia, impactam profundamente na forma como as “classes” se organizam. Assim (1989, p.87),

As posições nas relações de produção, ou quaisquer outras relações, não são mais, portanto, consideradas objetivas no sentido de serem anteriores às lutas de classes. São objetivas apenas na medida em que validam ou invalidam as práticas de formação de classes, na medida em que tornam os projetos específicos realizáveis ou não. E aqui o mecanismo de determinação não é único; vários projetos podem ser viáveis em uma dada conjuntura. Portanto, as posições nas relações sociais estabelecem limites para o sucesso da prática política, mas dentro desses limites historicamente concretos, a formação de classes em luta é determinada por lutas que têm como efeito a formação de classes.⁴

4 Cabe pontuar aqui a semelhança destas preposições com as de Edward P. Thompson, enquanto críticos de formas deterministas de leitura de classes sociais na teoria marxista. O reconhecimento é do próprio autor (Przeworski). Consideramos oportuno situar, mesmo que sob um ponto de vista político de defesa da social-democracia e defesa de formas de “capitalismo democrático”, Adam Przeworski como um autor da

Assim, é interessante pontuar a referência de Gramsci e Poulantzas nas formulações de Przeworski: “a grande contribuição de Gramsci, contribuição essa desenvolvida por Poulantzas, foi reconhecer que as relações ideológicas e políticas são objetivas com respeito às lutas de classes”. Assim, “as relações econômicas, ideológicas e políticas como uma totalidade impõe uma estrutura sobre as lutas de classes, mas por sua vez transformam-se em consequência dessas lutas.” Assim, conclui Przeworski (1989, p.91),

(1) as classes são formadas como efeito de lutas; (2) o processo de formação de classes é perpétuo: as classes são continuamente organizadas, desorganizadas e reorganizadas; (3) a formação de classes é um efeito da totalidade das lutas nas quais diversos agentes históricos procuram organizar as mesmas pessoas como membros de uma classe, como membros de coletividades definidas em outros termos, às vezes simplesmente como membros “da sociedade”.

2. O compromisso de classes e hegemonia: a questão da coerção e do consentimento à exploração.

Desta forma, Przeworski nega enquanto princípio que o proletariado seja um sujeito compelido estruturalmente a ser um sujeito revolucionário. Como ele diz, a experiência atesta o contrário. Assim, avaliando a experiência social-democrata, constatou que os trabalhadores, ante o difícil caminho da revolução, optaram por administrar o capitalismo em um “compromisso de classes”. Para Przeworski, a classe trabalhadora abriu caminho para reivindicação de conquistas importantes por dentro da institucionalidade dos Estados burgueses. Frente as crises econômica pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial, a social-democracia operou a ideia de que o Estado poderia regular os ciclos econômicos e evitar a intensificação das contradições fundamentais do capitalismo (keynesianismo).

A hipótese desenvolvida é que ao invés do difícil caminho revolucionário, que tem em dúvidas o seu sucesso imediato e sua eficácia, a social-democracia é vitoriosa pois promove o consenso social e a prática de um desenvolvimento capitalista com partilha de riqueza (1989, p.53): “a sociedade não estava à mercê dos caprichos do mercado

“tradição de crítica ativa do materialismo histórico”, conforme proposto em leitura sobre E. P. Thompson em Mattos (2012).

capitalista, a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado – essa era a nova descoberta dos social-democratas.” É por isso, defende Przeworski, que a social-democracia tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o capitalismo democrático.⁵

O por ter se tornado a forma predominante é preciso compreender a importância de como esta estratégia se coadunou com os mecanismos pelos quais os capitalistas estabeleceram sua hegemonia. Para Przeworski (1989, p.164), seguindo diretamente os passos de Gramsci,

A hegemonia – ou, mais precisamente, o consentimento à exploração – pode ser mantida se a ideologia em termos da qual “os homens tornam-se cômicos das relações sociais” torna inteligível a experiência cotidiana para as massas de indivíduos. Os interesses dos grupos dominantes devem ser “concretamente coordenados” com os dos grupos subordinados. [...] Se uma ideologia pretende orientar as pessoas em sua vida cotidiana, deve expressar seus interesses e aspirações. Alguns indivíduos podem ser enganados, mas as ilusões não podem ser perpetuadas em grande escala. A hegemonia ideológica somente pode ser mantida se assentada em uma base material.

Ou seja, o problema da hegemonia não é um problema da ordem de dominação ideológica, mas sim de como que os capitalistas buscaram incorporar e neutralizar as tendências radicais de classe que poderiam pôr em risco o *status quo* do capitalismo, incorporando os trabalhadores e oferecendo compromissos de classe através da repartição da produção social bem como incorporando os trabalhadores à ordem política, aceitando-os como agentes políticos desde que neutralizadas as opções hegemonicamente radicais. A formação de compromissos de classe através do estabelecimento de bases materiais para a promoção do consentimento – logo da “aceitação” da dominação de classe, da hegemonia - seria a base para a consolidação da hegemonia capitalista, sob um compromisso de classe. Assim (1989, p.174),

organizado como uma democracia capitalista, o sistema hegemônico estabelece uma forma de compromisso de classes, no sentido de que nesse sistema nem o agregado dos interesses capitalistas individuais nem os interesses dos assalariados organizados pode ser violados além de limites específicos.

⁵ “A nacionalização dos meios de produção revelou-se impraticável pelas vias eleitorais; políticas redistributivas radicais resultam em crises econômicas que não são do interesse dos assalariados; finalmente, a riqueza geral pode ser aumentada se for possível conseguir a cooperação dos capitalistas e a espera disciplinada dos assalariados” (1989, p.61).

Assim (1989, p.175),

as pessoas consentem quando escolhem determinadas linhas de ação e quando seguem na prática essas escolhas. Os assalariados dão seu consentimento à organização capitalista da sociedade quando agem como se fossem capazes de melhorar suas condições materiais dentro dos limites do capitalismo. Mais especificamente, consentem quando agem coletivamente como se o capitalismo fosse um jogo de soma positiva, ou seja, quando cooperam com os capitalistas ao escolher suas estratégias.

Desta forma, a hegemonia capitalista opera, segundo Przeworski, quando os interesses dos trabalhadores são coordenados com o dos capitalistas, em uma espécie de “conflito cooperativo”, estabelecidos por um compromisso de classes. No entanto, o consentimento não pode ser mantido se não corresponder aos interesses dos que consentem. Ou seja, se os trabalhadores agem politicamente esperando que haja crescimento salarial na mesma proporção do crescimento do PIB (além da reposição inflacionária), podemos supor que o consentimento vai operar enquanto este mecanismo continuar funcionando. Assim, como adverte (1989, p.176):

o consentimento dado às relações sociais existentes, portanto, é sempre provisório. [...]O consentimento com o capitalismo é permanentemente condicional: existem limites materiais além dos quais ele não será dado, e além desses limites pode haver crises.

Por fim (1989, p.196),

Uma ruptura da base material do consentimento torna-se expressa no seio da classe operária como uma transformação das relações entre as massas e os líderes que, em tempos normais, são também seus representantes junto às instituições existentes. É tarefa das organizações da classe operária assegurar a realização dos interesses materiais das massas. [...] Por conseguinte, ou o sistema democrático torna-se a arena dos conflitos acerca da organização do sistema de produção ou todo o sistema representativo enfraquece à medida que os assalariados desligam-se de suas organizações nessa sociedade, e a democracia é ameaçada; sob tais circunstâncias, a participação deixa de expressar o consentimento, enquanto o afastamento da participação constitui uma ameaça a organização democrática dos conflitos.

Se a ruptura com o consentimento revela a nu as formas de coerção do Estado estrito, para Przeworski a coerção não deve ser compreendida tão simplesmente como o aparato estatal, do seu monopólio da força bruta. Para Przeworski, o proletariado está

coagido diretamente por relações econômicas, significando isso, que, se “a acumulação é financiada pelo lucro, o lucro privado é necessário para a acumulação” e que “as crises do capitalismo não são materialmente vantajosas para ninguém”, notadamente pelo fato de que se “o sistema é estruturado de tal modo que se os lucros não forem suficientes, os salários, o emprego ou ambos acabam por declinar”. Desta forma, Przeworski defende que a cooperação entre as classes, mesmo que conflituosa, foi forma encontrada para que “todos possam ficar em melhor situação sob o capitalismo”. Dando sequência ao argumento (1989, p.197):

Portanto, há um elemento de coerção embutido na estrutura econômica do capitalismo. A menos que a capacidade de instituir o socialismo seja organizada econômica, política e ideologicamente no seio da sociedade capitalista, os assalariados estarão em melhor situação material se evitarem as crises e cooperarem com a reprodução da acumulação capitalista.

Por isso que, para o autor, a razão dos trabalhadores e suas organizações terem buscado e operarem em cooperação com os capitalistas se deu pelo fato de que não estavam aptos a arriscar seus destinos em um agravamento da(s) crise(s), além de que o acirramento da luta econômica pode levar os capitalistas a buscarem segurança no fascismo, ou seja, na coerção estrita, no uso da força.

Assim, concordando com o velho marxista sardo, “o consentimento e a coerção não podem ser tratados como opostos; a coerção é o elemento, normalmente latente, inerente ao consentimento.” Ou seja, se a coerção é possível sem consentimento, o mesmo não é inversamente. E para Przeworski, criticando autores que separam e limitam a uma instituição específica que a exerça (O Estado, no seu sentido estrito), a coerção – no seu sentido econômico e normativo (enquanto costumes e conformidades) – é inerente à sociedade civil. Assim (1989, p.199), “o exercício de coerção é mascarado pela aparência de conformidade ‘voluntária’ com os requisitos do desenvolvimento capitalista” e “os aparelhos ideológicos são os mesmos que os aparelhos repressivos”. Concluindo seu pensamento, “todas as instituições combinam o consentimento e a força, porque não existe consentimento que não seja sustentado pela força” (1989, p.200).

3. Apontamentos críticos: conceitos, individualismo metodológico e estratégia socialista.

Se a crítica ao giro de (ex)marxistas ao liberalismo ou relativismo pós-moderno é mais presente no debate dos marxistas no Brasil, é possível diagnosticar certa carência de debates com os chamados “marxistas analítico”. Isso pode ser explicado pela baixa recepção destes autores entre marxistas brasileiros; ou melhor, pela recepção tardia, e praticamente situada na Ciência Política e geralmente empregados para criticar o marxismo “clássico”. Soma-se a isso que boa parte de seus proponente nunca se configuraram como grandes referências do marxismo, portanto o seu giro ao individualismo metodológico também não teve o mesmo impacto que outros.

No entanto, a provocação destes autores não deve ser negligenciada, por isso consideramos oportuno apresentar sucintamente notas crítica à alguns pontos da leitura de Przeworski sobre as classes, da sua leitura de estratégia socialista e do seu emprego do conceito de hegemonia. Considerando que esta breve apresentação não tenha dado conta de seu debate metodológico posterior à obra “Capitalismo e Social-Democracia”, em que o autor afirma com maior contundência seu apego ao “individualismo metodológico”, apenas indicamos algumas notas sobre o debate suscitado.

No que tange ao seu emprego do conceito de classe social, Przeworski opera firmemente sobre a avaliação empírica dos processos em que os indivíduos se organizam enquanto classe – ou seja, quando se reivindicam enquanto classe e não enquanto classe situada nas relações de produção que contraem. Isso o levaria a empregar um “conceito empiricista e estreito de classe operária” (Coelho, 2005, p. 68). Semelhante crítica foi empregada por Daniel Bensaïd a Edward P. Thompson (o historiador inglês é citado como referência para caracterização de classe social por Przeworski). Daniel Bensaïd considerou negativamente a contribuição de Thompson à teoria de classes, atento à citação de Thompson que as classes não são “categorias”, mas “eventos”, “*happenings*” (Mattos, 2012, p. 94). Ou seja, tal como Przeworski, a ênfase no estudo da história como acontecida por homens e mulheres de carne e osso, e por isso devendo ser estudado na sua atuação histórica e não enquanto conceitos pré-determinados pela visualização de certas relações de produção, teve a recepção crítica por parte até mesmo de pensadores de tradição crítica do marxismo.

No caso de Thompson esta crítica pode ser rebatida pelo fato de que Thompson empregou o conceito de classe social também no seu sentido “heurístico”, mesmo em um período em que as classes não se viam como tal, como por exemplo, na Inglaterra do

século XVIII, ao trabalhar a “luta de classes sem classes”. Do mesmo modo poderíamos inferir este emprego em Przeworski, que não deixa de reconhecer a classe como conceito analítico e não só histórico-empírico. Ao dizer que ao se organizar como partido eleitoral e ampliar o seu leque programático a fim de ganhar eleições a classe operária perderia sua identidade de classe, acreditamos que o autor queira nos remeter a compreensão de que as classes não são só estruturas, mas precisam ser vistas em suas formas de organização, formulação programática e atuação política real. Ao se organizarem como partidos operários reafirmam sua organização enquanto classe social; no entanto, quando aceitam a cidadania liberal da democracia burguesa, abrem mão e dissolvem-se ideologicamente na estrutura política, reduzindo o alcance e o poder que a classe adquiriu na sua organização histórica. Por outro lado, Mauro Iasi (2002), irá evidenciar que um dos problemas na caracterização de proletariado em Przeworski estaria em delimitar a classe do proletariado apenas aqueles trabalhadores “produtivos” – produtores de mais-valia -, do que seria improdutivos, logo “classes médias” ou “pequena-burguesia”. Ora, nem todos assalariados vivem do seu próprio trabalho, mas também da venda de sua força de trabalho mesmo que não produzindo mais-valia. Ou seja, se de um lado teríamos uma interpretação muito relativista, de outro encontraríamos outra muito específica. No entanto, o fato é que sua leitura do conceito de classe pode ser considerada empirista pela ênfase na descrição da classe apenas em sua manifestação de organização política-sindical, o que justificaria a crítica ao autor.

Por outro lado, a negligência em compreender as crises econômicas cíclicas (a “tendência geral à queda na taxa de lucros”) como processo inerente ao modo de produção capitalista, permite uma crítica contundente a parte de seus escritos. Como defensor da social-democracia, aceitando o receituário keynesiano, é visível que acredita que é possível, através do compromisso e cooperação entre as classes, que as crises sejam evitadas. Apesar de destacar as crises sempre como momentos de instabilidade no compromisso de classes, a ênfase do argumento recai no fato de que, com a direção política de social-democratas e com os trabalhadores operando colaborativamente com os patrões, poderia se garantir crescimento com redução das desigualdades (o que fica patente em alguns capítulos de *Capitalismo e Social-Democracia*, mas principalmente em um artigo publicado posteriormente, *Capitalismo Irracional, Socialismo Inviável*).⁶

⁶ Para uma maior apreciação desta defesa, cf. Gómez, 2005.

A sua recusa em considerar a estratégia de ruptura com o capitalismo e do planejamento socialista como inviáveis ou em permanente ameaça de crise pode ser contrastada com a sua defesa da utopia da eterna reforma e vigilância do capitalismo por parte da social-democracia. Não deixa de ser curioso que posteriormente, aceitando as premissas do mercado sobre a crise do *Welfare State*, aceitará reatualizar o programa social-democrata incorporando parte do receituário de ajustes neoliberais, como também o fez boa parte de nossa “social-democracia” brasileira (Pereira, Maraval, Przeworski, 1993). Contudo, o fato de ter nascido sob o leste europeu e de ter tido seu pai morto no Massacre de Kathin (seu pai era um oficial do exército polônes), revelam a própria experiência negativa do autor com a experiência socialista soviética (Przeworski, 2003).

Por fim, outra interlocução crítica com o autor está presente na tese de Eurelino Coelho acerca do transformismo de organizações políticas brasileiras na virada da década de 1980 e 1990. Para ele, tanto em Przeworski como em Francisco de Oliveira, haveria a identificação problemática de hegemonia com o *Welfare State*. Vejamos (Coelho, 2004, p.509-510):

A situação hegemônica por excelência seria, então, a do *Welfare State*, fora do qual a hegemonia seria sempre imperfeita ou nem mesmo existiria por falta daquelas bases materiais do consentimento. O problema com esta leitura é que a base material para um consenso político que legitima o poder dominante não pode ser definida a priori, mas sempre e somente no curso da própria luta política. Sob certas circunstâncias, os trabalhadores podem ser convencidos de que, para reduzir a ameaça de desemprego, é preferível ceder seus direitos a férias remuneradas, por exemplo. Se é assim, até mesmo a destituição de direitos específicos, ao contrário do que supõe Oliveira, poderia ser realizada através de um poder que dispõe também do consentimento, e a produção deste consentimento, porque ele nada tem de natural ou automático, supõe a produção da hegemonia.

Ou seja, a crítica se dirige ao fato de que para estes autores a hegemonia está sempre colocada quando os dominados agem consentindo com a dominação desde que sob bases materiais favoráveis (como pressupunha-se no Estado de Bem-Estar). A fórmula apresentada por Przeworski, como vimos, é de conflito cooperativo, ou seja, que as classes se mantêm com interesses divergentes, mas a dominada opera para buscar seus ganhos cooperando com a dominante, evitando as crises; a classe dominante, por sua vez, garante o consentimento demonstrando que não agiria apenas corporativamente, mas para toda sociedade, concedendo então benefícios de ordem material – política e econômica – para os dominados. Para Przeworski, seguindo diretamente a clássica fórmula de Gramsci

sobre a hegemonia, este seria o processo em que a classe dominante pode operar sua dominação ideológica para toda sociedade. Mas para tanto ela precisa de correspondência na base material dos processos vividos. Isso não significa ganhos permanentes aos dominados, mas a sua espera consentida no permanente processo de negociação destes ganhos. Ou seja, mesmo sob um governo social-democrata, os trabalhadores podem consentir com a retirada de direitos em troca da manutenção de empregos. Por outro lado, a hegemonia está sempre à prova, pois os dominados – e isso a história deu suas provas, mesmo que sob diversos momentos sob a “direção política” de organizações reformistas, sempre colocaram ou podem rapidamente de colocar a dominação em risco em casos de agudização de crises políticas/econômicas.

A identificação da hegemonia com os governos social-democratas – e no caso brasileiro mais evidente, sob o governo do Partido dos Trabalhadores – se dê por que ela seria a realização plena da dominação burguesa, quando as próprias organizações nascidas das lutas do proletariado passam a administrar a dominação burguesa, consentido diretamente com esta. Ou seja, como coloca Coelho (2005, p. 512).:

o principal trunfo da esquerda do capital para disputar a hegemonia entre os demais setores da classe dominante é a sua condição de força hegemônica nas classes subalternas. Do ponto de vista das classes subalternas, a derrota histórica reduziu a intensidade e a frequência das manifestações de descontentamento. Estas, quando ocorreram, foram quase sempre organizadas e dirigidas pelo campo majoritário segundo os objetivos do seu projeto

Se elas sofreram o transformismo e operam como “novos funcionários” do capital, não deixa de ser evidente que elas continuam a operar e a representar boa parte dos dominados. Ou seja, os dominados acompanham este movimento e operam com racionalidade própria da ideologia dominante. Mesmo sendo “falsa consciência”, ou seja, porque oculta os fundamentos da dominação, ela explica e orienta a luta para canais que não coloquem a dominação em risco. Logo, a dominação tornou-se hegemônica. Se pensarmos a década de 1990 no Brasil, podemos perceber que a classe dominante apresenta-se com um projeto hegemônico neoliberal quando ela unifica-se em torno das candidaturas de Collor e, de forma patente, nos mandatos de FHC. O transformismo visto nas organizações do PT – que foram processuais, ou seja, não da noite para o dia, expressam o processo em que este projeto passa a ser hegemônico, ou seja, quando passa a ser aceito e operado também pelos dominados, que disciplinam suas lutas e seus



programas em torno da ideologia dominante. Disputam eleições e realizam um programa de diminuição das desigualdades e inclusão ao consumo dos dominados sem ameaçar os fundamentos da dominação.

Assim, não consideramos que haveria uma polêmica conceitual, mas uma forma distinta em perceber os distintos momentos da hegemonia; quando ela se apresenta como projeto da classe dominante que se passa a se tornar aceita por toda sociedade; que se apresenta concedendo benefícios de ordem política e material a partir da ideologia dominante – cidadania do consumo (no caso do Plano Real, controle da inflação) e espaços regulados para luta reivindicativa dos de baixo – ao momento em que é possível perceber claramente os dominados (ou ao menos a direção política destes) consentindo e operando dentro destes limites, buscando melhorar sua condição na balança de trocas do “compromisso de classes”. Isso ao ponto de que o governo do Partido dos Trabalhadores passa a operar essa hegemonia de forma a atingir os maiores índices de aprovação popular. Que este modelo está em crise, é evidente. Por isso o estudo das bases materiais do consentimento servem para perceber onde as contradições da base material vão no sentido de exaurir a ideologia dominante quando esta não realiza mais as expectativas que criou.

Não consideramos, obstante as críticas brevemente apontadas, que o autor deva ser negligenciado. A sua leitura sobre classes não deixa de ser provocativa e encontra terreno em leituras como as de E. P. Thompson. Por outro lado, a sua interpretação do sucesso da social-democracia a partir da compreensão do conceito de hegemonia de Gramsci nos ajuda a compreender esta tendência histórica – do transformismo social-democrata - nas organizações surgidas no proletariado. Explorar a perspectiva de defesa da social-democracia a partir de um autor que não deixa de ser sincero acerca das contradições e limites desta tendência política dos trabalhadores, nos ajuda a compreender e descrever a partir da visão dos seus proponentes os fundamentos ideológicos e materiais destes processos. Ou seja, como mentalmente os dominados operam a ideologia dominante e quais são os limites desta. Isso nos serve para recolocar a crítica marxista ao reformismo social-democrata em um patamar central aos processos políticos da luta do proletariado na atualidade.

Referências Bibliográficas

- COELHO, Eurelino. Uma esquerda para o Capital. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2004.
- CARLING, Alan. In defence of rational choice: a reply to Ellen Wood. *New Left Review*, n. 189, nov-dez, 1989.
- DEO, Anderson. A consolidação da social-democracia no Brasil. Tese de doutorado, UNESP, Marília, 2011
- GÓMEZ, Mauricio A. R. Democracia, Mercado y Socialismo. In. *Polis*. n.12, Santiago (Chile), 2005. Disponível em: <http://polis.revues.org/5590>, acesso ago 2014.
- IASI, Mauro. *O dilema de Hamlet*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- _____. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KECK, Margaret E. *A lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser; MARAVAL, José Maria; PRZEWORSKY, Adam. Reformas Econômicas em Democracias Recentes: uma abordagem Social-Democrata. In. *Dados*, vol. 36, n. 2, 1993, p.171-207.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Marxismo e escolha racional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.3 n.6, São Paulo, fev 1988.
- _____. *Capitalismo irracional, Socialismo inviável: podemos alimentar a todos?* Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.7 n.18, Rio de Janeiro, jan/fev 1992.
- _____. *Adam Przeworski: capitalism, democracy and science*. Entrevista concedida a Geraldo L. Munck. Nova York, Estados Unidos: 24 fev 2003. Disponível em: <http://politics.as.nyu.edu/docs/IO/2800/munck.pdf> Acesso em: Jan 2015.
- MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009
- WOOD, Ellen M. Rational Choice Marxism: is the game worth the candle? *New Left Review*, n.177, set/out. 1989.